



**CRISE DO CAPITAL E PANDEMIA: IMPACTOS NA FORMAÇÃO
E NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL**

Bruna Andrade Irineu*

<https://orcid.org/0000-0003-1158-5000>

Laurinete Silva**

<https://orcid.org/0000-0002-2973-7220>

Rodrigo Teixeira***

<https://orcid.org/0000-0002-2993-5294>

Tatiana Brettas****

<https://orcid.org/0000-0003-0300-8254>

Thaísa Closs*****

<https://orcid.org/0000-0003-2602-883X>

* Assistente Social. Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Membro da Comissão Editorial da Revista Temporalis.

** Assistente Social. Professora do Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Estadual de Roraima (UERO). Membro da Comissão Editorial da Revista Temporalis.

*** Assistente Social. Professor adjunto do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF - Rio das Ostras), presidente da ABEPSS, gestão 2021-202. Membro da Comissão Editorial da Revista Temporalis.

**** Assistente Social e Economista. Professora do Departamento de Políticas Sociais e Serviço Social Aplicado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ). Líder do Laboratório de estudos Capitalismo dependente e questão social no Brasil (Lecad). Membro da Comissão Editorial da Revista Temporalis.

***** Assistente Social. Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Membro da Comissão Editorial da Revista Temporalis.

DOI 10.22422/temporalis.2021v21n41p7-18



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2019 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

No dia 29 de maio, manifestações em todos os estados brasileiros registravam a reivindicação por *vacina no braço e comida no prato*. Embora defendendo as medidas de distanciamento social e fazendo uso de equipamentos individuais de proteção, a convicção de que o *presidente é mais perigoso do que o vírus* levou milhares de pessoas a ocuparem as ruas. Dia 19 de junho novas manifestações em todo o país convocaram: *não tire a máscara, tire o presidente*, respondendo ao chefe do executivo que, além de não usar e não recomendar o uso, declarou recentemente sua intenção de desobrigar pessoas vacinadas ou que já contraíram a doença de usarem este equipamento de proteção individual. Além da deposição do presidente, as pautas de ambas as manifestações se concentram na demanda por vacinas, auxílio emergencial e emprego, demonstrando a crescente insatisfação da população no enfrentamento à pandemia.

Como forma de contribuir para as reflexões sobre este momento, esta edição da Revista Temporalis reúne textos no escopo do tema *Crise do capital e pandemia: impactos na formação e no exercício profissional em Serviço Social*. O lançamento desta publicação se dá no período em que o número de vítimas fatais decorrentes da COVID-19 ultrapassa os 500 mil e em que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) escancara a resistência do governo federal em comprar e estimular a produção interna das vacinas necessárias à imunização da população.

A análise deste momento requer a compreensão de que, ao contrário do que anuncia o Palácio do Planalto, a culpa da crise não é do vírus. Trata-se da maior crise capitalista da história, tendo, portanto, múltiplas determinações e expressões. É o próprio capitalismo que explica todas as dimensões da crise, não apenas econômica e social, mas também sanitária. Como mostram estudos destacados por Foster e Suwandi (2020), é possível associar as pandemias recentes às mudanças ambientais conectadas ao circuito do capital, reforçando a compreensão a respeito das determinações sociais da saúde. É também uma crise política e de hegemonia. Ao aprofundar desigualdades no plano internacional, nacional, regional e local, acirram-se as disputas geopolíticas entre duas grandes potências, Estados Unidos e China, que têm na guerra comercial entre estes países uma de suas expressões mais visíveis.

As raízes desta crise capitalista estão em 2007/2008, voltando a se agravar nos últimos anos. O epicentro foi nos Estados Unidos, mas logo se espalhou para as demais regiões. Embora tenha aparecido no circuito das finanças, é fruto de uma reconfiguração das relações produtivas e as acelera, implicando em uma intensificação exponencial do uso de tecnologias e busca por ampliação das bases de extração de mais-valia. Nesta reconfiguração produtiva, um dos grandes destaques é a indústria 4.0 e a decorrente expansão das tecnologias digitais, contribuindo para viabilizar novas relações de trabalho. A precarização, o subemprego e o trabalho intermitente ganham maiores proporções e se travestem de empreendedorismo, como demonstra o crescimento das relações uberizadas por todo o globo (ANTUNES, 2020). Esta reconfiguração nas relações de produção está intimamente integrada à financeirização do capital que marca o neoliberalismo e tem impulsionado o protagonismo do capital fictício no ciclo de reprodução do capital.

Especialmente nos países de capitalismo dependente, os efeitos são devastadores. Acentuam a superexploração da força de trabalho e a ampliação de mecanismos de expropriação de todo o tipo. Criam, deste modo, condições necessárias para o aumento da transferência de valor que, por meio da drenagem de riquezas produzidas pelas formações econômico-sociais dependentes, tanto têm contribuído para atenuar os efeitos da crise nos países do centro imperialista, potencializando as desigualdades entre estes e no interior daqueles.

Em abril de 2021, a Revista Forbes divulgou o novo ranking dos bilionários do mundo. O aumento significativo de eleitos para figurar nesta singela lista não deve causar surpresa, dado que estes períodos de maior instabilidade tendem a promover a concentração e centralização do grande capital, beneficiando as frações mais poderosas da burguesia. Foram ao total 660 novos bilionários no mundo. Destes, 20 são brasileiros. Um monumental salto de 44%, que representou a passagem de 45 para 65 bilionários no país. Este seleto grupo mobiliza conjuntamente U\$219,1 bilhões de dólares, o que, em moeda nacional, representa uma fortuna perto de R\$1,2 trilhão (ROCHA, 2021).

No outro polo, a fome volta a ocupar um lugar de destaque na caracterização das condições de vida da classe trabalhadora. A segurança alimentar brasileira, que era de 77,1% em 2013, chegou a 44,8% em 2020 (ROCHA, 2021). A taxa de desemprego atingiu o recorde no primeiro trimestre de 2021, chegando a 14,7% segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Este é o maior resultado desde o início da série histórica desta pesquisa, em 2012. Para os trabalhadores e trabalhadoras do setor privado que conseguiram se manter no emprego, foi reinstituído, pela medida provisória (MP) 1045 de abril de 2021, o Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm). Com isso, o governo federal renovou o programa que permite a redução de jornada e de salário e a suspensão do contrato de trabalho. Para o setor público, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32/20, enviada pelo governo federal em setembro de 2020, propõe restringir a estabilidade de servidores/as e acabar com diversos benefícios e direitos.

No Brasil as bases da financeirização do capital estão assentadas na dívida pública, o que explica os vultosos recursos do fundo público direcionados anualmente para os credores do Estado como forma de alimentar as margens de rentabilidade do capital financeiro, nacional e internacional. Para viabilizar a canalização destes montantes, o cenário de austeridade fiscal teve um impulso importante após o golpe jurídico-parlamentar em 2016. Por meio da Emenda Constitucional 95 foi tornada possível a constitucionalização do ajuste fiscal, congelando o gasto primário do governo federal por 20 anos.

Estas medidas, que já vinham sendo alvo de duras críticas de partidos, movimentos e organizações voltadas para a defesa dos interesses da classe trabalhadora, ganharam ares ainda mais graves no contexto da pandemia. Especialmente quando consideramos que as pessoas negras são as mais afetadas pela crise e pelo corte de recursos com as políticas sociais, tendo em vista que são duramente atingidas pelas

relações que sustentam o racismo estrutural, marca da nossa formação econômico-social. Uma análise dos primeiros resultados da PNAD COVID-19 mostra que “[...] além do aumento da desocupação, entre a população ocupada, foram os cidadãos pretos e pardos que, por um lado, mais sofreram afastamento do trabalho, e, por outro, menos se beneficiaram da manutenção do vínculo laboral por trabalho remoto” (SILVA; SILVA, 2021, p. 52-53).

O governo brasileiro, com suas feições fascistas e irracionalistas, vem lidando com a pandemia de maneira extremamente isolada das articulações construídas mundialmente para conter a doença e amenizar seus efeitos mais extremos. Como forma de atenuar as tensões e legitimar a continuidade do sistema, medidas distributivas orientadas e conduzidas por representantes do grande capital estão sendo implementadas em diversos países capitalistas, tanto no centro como na periferia. No Brasil, entretanto, encontram no governo federal brasileiro imensa resistência.

Além de aproveitar a conjuntura para *passar a boiada*, viabilizando o avanço de pautas conservadoras em diversas áreas, que vão desde o meio ambiente à reforma administrativa, todas as poucas iniciativas voltadas para incidir sobre os efeitos sociais e sanitários foram tomadas sob intensas pressões políticas. Do orçamento destinado a conter os efeitos da pandemia em 2020, o governo deixou de gastar cerca de 15% do total, algo em torno de R\$81 bilhões. Destes, R\$28,9 bilhões estavam destinados ao auxílio emergencial, mas permaneceram nos cofres públicos (INESC, 2021). Este benefício, que em virtude da pressão no Congresso começou com parcelas de R\$600,00, foi cortado pela metade e depois suspenso. A retomada, em 2021, reduziu ainda mais o valor das parcelas e o programa está sendo progressivamente desidratado pelo governo federal.

Como profissionais, docentes e discentes de Serviço Social, não estamos alheios a essa dinâmica complexa que atravessa a sociedade brasileira. A banalização da vida e do sofrimento, a destituição de direitos, o trabalho e ensino remoto precários, os ataques a universidade e a produção de conhecimento atravessam nosso cotidiano, mas também nos impulsionam a tecer resistências. Isto requer organização coletiva e bases teórico-metodológicas sólidas para enfrentar o imediatismo e o presenteísmo.

Para nós assistentes sociais – trabalhadores/as que nos defrontamos cotidianamente com desigualdades, mas também com lutas sociais - é essencial questionar, nos afetar e desocultar o movimento contraditório do real. Devemos apreender criticamente os processos societários que conferem novas mediações sócio-históricas na (re)produção ampliada da questão social, considerando a mesma como dimensão central ao trabalho e a formação profissional (ABESS; CEDEPSS, 1996). Por este caminho, a questão social fornece os elos que conectam radicalmente o Serviço Social com a dinâmica societária em seu movimento histórico, no quadro das relações entre as classes sociais e o Estado, e funciona como um conduto essencial para a superação da cultura conservadora que ganha espaço na sociedade e também no interior da categoria.

Logo, é essencial afirmar, como nos lembra lamamoto (2005, p. 203-204), que a profissão só adquire “[...] sentido e inteligibilidade na história da qual é parte e expressão [...]”, e se a mesma é “[...] socialmente determinada por circunstâncias sociais objetivas [...]”, também é “[...] produto da atividade dos sujeitos que a constroem coletivamente, em condições sociais dadas”. Ou seja, a construção coletiva que se ancora na força político-organizativa construída pelo Serviço Social nas últimas décadas. Como fruto desta luta temos a ampliação da pós-graduação e da produção de conhecimento, a qualificação das competências profissionais exercidas em diferentes espaços sócio-ocupacionais - compartilhadas e tecidas com a população usuária, equipes, com movimentos e organizações dos/das trabalhadores/as -, em uma formação profissional densa, generalista e sustentada na teoria social marxista.

Construções que sustentam, portanto, as dimensões teórico-metodológica e ético-política que balizam os fundamentos da formação e do trabalho em Serviço Social. Estes fundamentos se sustentam numa dupla e articulada dimensão (PRATES; CLOSS; REIDEL, 2020): a crítica da sociedade capitalista, em sua particularidade brasileira e em seus vínculos latino-americanos; bem como da profissão, do seu significado sócio-histórico na divisão sociotécnica do trabalho, das suas formas de pensar e agir em sua trajetória no movimento contraditório dessa mesma sociedade.

Essa dupla dimensão da crítica - aquela que se estabelece no sentido de que a realidade é interrogada de modo impiedoso, logo é fundada na práxis e comprometida com a emancipação humana (IANNI, 2011) - foi forjada no bojo das lutas sociais nas últimas décadas. Engendra a formulação coletiva de um projeto ético-político fundado em valores emancipatórios e democráticos, bem como de um rico e amplo patrimônio intelectual, político e interventivo que transformou a identidade, a formação e o trabalho profissional, e também a produção de conhecimento do Serviço Social. Como destaca lamamoto (2014), o “[...] núcleo desse patrimônio é a compreensão da história a partir das classes sociais e suas lutas, da centralidade do trabalho e dos trabalhadores. Patrimônio alimentado teoricamente pela tradição marxista — no diálogo com outras matrizes analíticas — e politicamente pela aproximação das forças vivas que movem a história; as lutas e movimentos sociais” (IAMAMOTO, 2014, p. 613).

É na conexão com essas forças vivas da história que somos desafiados a preservar e avançar em conquistas profissionais, superando qualquer tônica endogenista, participando ativamente da construção de projetos coletivos e de alternativas de enfrentamento à barbárie que assola a sociedade brasileira. Perspectiva estratégica que nos convoca, como aponta Yazbek (2010, p. 154), tanto a “[...] decifrar as lógicas do capital, sua expansão predatória e sem limites [...]”, como também a “[...] construir mediações para enfrentar as questões que se colocam no tempo miúdo do dia a dia da profissão [...]”, uma vez que “[...] é nesse tempo que podemos partejar o novo, construir resistências, construir hegemonia”.

No âmbito do trabalho profissional, os impactos da crise capitalista, combinados com o desfinanciamento das políticas sociais, vêm incidindo tanto na precarização das

condições de trabalho dos/das assistentes como na queda de qualidade, abrangência e acessibilidade aos serviços sociais públicos, especialmente no âmbito da Seguridade Social, historicamente o maior espaço sócio ocupacional da categoria. Processo que se traduz seja no adoecimento dos/das profissionais, na exposição à riscos, inclusive diante da ausência efetiva de vacinação, espaços e equipamentos de proteção adequados. Além disso, o exercício profissional mediado por tecnologias vem redimensionando as competências profissionais, a própria relação com a população usuária e equipes, implicando também na individualização das relações de trabalho.

Mas são justamente esses “tempos adversos que exigem dos assistentes sociais recriar seu trabalho considerando tanto sua contribuição na reprodução material dos sujeitos, na prestação de serviços sociais de qualidade a partir de políticas públicas”, como e, especialmente, no que se refere a “[...] sua dimensão educativa que incide na cultura das classes subalternas: nas maneiras de ver, viver e sentir a vida, fortalecendo a dimensão coletiva das lutas sociais” (IAMAMOTO, 2019, p. 457). Nessa direção, adensar pesquisas sobre a realidade em curso, desvendando as concretas condições em que se conforma o trabalho dos/das assistentes sociais, aprofundando também o conhecimento sobre as condições, modos de vida e formas de organização política da população usuária é fundamental. É preciso visibilizar e estimular a construção de processos ampliados de resistências no enfrentamento às desigualdades e à erosão de direitos, fomentando pautas e ações integradas com as entidades da categoria, organizações sindicais e movimentos sociais.

No que se refere à formação profissional, é possível dizer que a pandemia tem acentuado inúmeros desafios no que se refere à materialização das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). O quadro de medidas governamentais combina a flexibilização da legislação educacional com a drástica redução de orçamentos, o ataque à autonomia universitária e um discurso de negação da ciência e de desqualificação das áreas humano-sociais. Esta postura tem impactos na qualidade do ensino, na precarização das condições de trabalho e no acesso à educação nas unidades de formação públicas e privadas. Diante dos cortes orçamentários, várias Universidades Federais de vêm a público explicitar as dificuldades de seguirem abertas. Deste modo, a pandemia escancara a contradição de um projeto educacional para o Brasil e para América Latina vinculado aos conglomerados privados educacionais na direção do pacto de Bolonha.

Nesse contexto, temos sido desafiados a construir respostas a um cenário de implementação acelerada do ensino remoto emergencial. É preciso enfrentar os limites e contradições dessa medida educacional, excepcional no contexto do distanciamento social, a partir de um amplo esforço organizativo da categoria conjugando fóruns ampliados e estudos das tendências em curso. O horizonte é justamente assegurar a defesa do projeto de formação profissional, de uma formação crítica que dialogue com a realidade brasileira, bem como somar forças na defesa da universidade pública, considerando o papel fundamental que mesma tem

desempenhado na construção de ações no enfrentamento da pandemia (pesquisa, extensão, atendimento nos hospitais universitários).

Na Pós-Graduação, o contexto pandêmico é marcado pelo impacto das atividades remotas emergenciais em um período crucial de conclusão do ciclo de avaliação do quadriênio. Neste bojo, a CAPES tem implantado uma *avaliação multidimensional* a despeito de posições críticas, como a da área de Serviço Social e da própria ABEPSS, que têm denunciado a submissão do conhecimento científico à manipulação de variáveis empíricas e quantificáveis, sem estreitamento com a compreensão da realidade social e da práxis humana.

A lógica que tem presidido os editais da CAPES e do CNPQ reflete o (des)financiamento das políticas de pós-graduação no Brasil. Soma-se ainda a agenda moral do atual governo que se expressou no Edital 02/2021 - CAPES *Família e Políticas Públicas no Brasil* que demonstra a censura as/aos pesquisadoras/es que não compartilhem de compreensões sobre família que as reduzem a modelos conservadores.

A ABEPSS não tem se furtado em incidir no debate. Desde o início da pandemia vem construindo notas e posições no intuito de orientar as Unidades de Formação Acadêmica (UFA's)¹. Neste ano a ABEPSS realizou uma ampla pesquisa acerca de como as UFA's avaliaram o Ensino Remoto Emergencial e publicou o documento *A Formação em Serviço Social e o Ensino Remoto Emergencial*², envolvendo 97 UFA's, públicas e privadas, assim como todos os programas de pós-graduação. O documento apresenta elementos concretos acerca da graduação, dos estágios, da extensão e da pesquisa. Tal documento se debruça a analisar a situação de docentes e discentes acerca das condições de trabalho e estudo, assim como, aspectos da saúde mental em tempos de pandemia.

Neste número da Revista Temporalis, a seção temática é composta por 15 artigos que tratam do tema: *Crise do capital e pandemia: impactos na formação e no exercício profissional em Serviço Social*. Os três primeiros enfatizam na análise este período de crise, que classificam como estrutural, e sua relação com a pandemia. Para abrir o debate, o texto de Maria Beatriz Costa Abramides, *Serviço Social e lutas sociais: desafios profissionais em tempos de barbárie* discute os desafios profissionais e sua relação com as lutas sociais durante a pandemia. Em seguida, no ensaio *Crises Econômica e Sanitária: notas de continuidade* as autoras Letícia Batista Silva, Marina Castro e Rodriane Souza, analisam as repercussões da crise econômica e sanitária na vida e saúde de trabalhadoras e trabalhadores no Brasil, destacando as novas e revisitadas demandas ao Serviço Social no âmbito da saúde. No artigo *Serviço social e crise estrutural do capital em tempos de pandemia*, de Angélica Luiza Bezerra e de Milena G. de Medeiros, é debatido como o trabalho, que se precariza no âmbito dos

¹As notas podem ser encontradas em <http://www.abepss.org.br/noticias/wwwabepssorgbrbalancopandemia-435>. Acesso em: 24 jun. 2021.

²Para conhecer o documento acessar: <http://www.abepss.org.br/noticias/abepss-produz-documento-sobre-o-ensino-remoto-emergencial-459>.

serviços no contexto da pandemia mundial da COVID-19, passam a exigir do profissional de Serviço Social um novo direcionamento ante os impasses da burocratização da vida social e da legitimação de competências que (des)caracterizam o objeto de trabalho à luz das diretrizes e princípios do Código de Ética de 1993.

Na sequência, 3 publicações se debruçam sobre os desafios da formação profissional neste contexto de ensino remoto e uso de tecnologias voltadas para a aprendizagem. Priscila Gonçalves Cardoso e Giovanna Canêo em *Desafios da formação profissional em tempos de pandemia, neoliberalismo e conservadorismo*, a partir do debate acerca da formação em Serviço Social numa perspectiva sócio-histórica, aportam dados atuais que demonstram o processo de precarização ao qual a educação está submetida desde a contrarreforma do Estado brasileiro. Discutem a importância da reafirmação de um projeto de formação crítica embasado numa perspectiva emancipatória, como resistência ao avanço do pensamento conservador na atualidade e a todos os retrocessos na educação superior. No artigo *Capital pandêmico e ensino remoto: o posicionamento ético-político do Serviço Social*, Laryssa Danielly Silva Fernandes, Marileia Goin e Islânia Lima da Rocha problematizam como esse modelo de ensino vem impactando no processo de construção e de acesso ao conhecimento no contexto de crise acirrado pela pandemia, enfatizando o posicionamento político das entidades representativas da categoria na construção de resistências diante da ampliação do projeto privatista de educação e do aprofundamento das desigualdades sociais. Em *O uso das TICS e aprendizagem flexível: contribuições ao debate crítico*, a autora Taise Cristina Gomes Clementino Negreiros reflete sobre novas formas de aprendizagem postas à classe trabalhadora, que redefinem a educação conforme as necessidades reprodutivas do capital e de recomposição do poder hegemônico burguês.

O enfoque dos 4 artigos seguintes é o exercício profissional. O texto produzido coletivamente por Líria Maria Bettioli Lanza, Evelyn Secco Faquin, Eliezer Rodrigues dos Santos, Fabrício da Silva Campanucci, Carolina Camilo da Silva, intitulado *Exercício profissional do(a) assistente social: problematizações dos impactos da pandemia COVID-19*, sintetiza resultados de uma pesquisa que, por meio de um questionário eletrônico, analisou os impactos da pandemia no exercício profissional, com base nas respostas de 201 assistentes sociais das 5 regiões brasileiras. Laís Duarte Corrêa e Tatiana Reidel compartilharam, em *Perfil, condições e relações de trabalho de assistentes sociais gaúchos (as)* resultados de uma pesquisa com assistentes sociais das seccionais do CRESS 10ª Região realizada em 2019 e 2020, voltada para a análise das suas condições e relações de trabalho. Michael Hudson Dantas, Luana Soares e Samya Martins, em *Atuação do serviço social com população LGBT em contexto ultraconservador e pandêmico*, apresentam as implicações do contexto ultraconservador e pandêmico para a atuação profissional do/a assistente social no atendimento da população LGBT no Centro Municipal de Cidadania LGBT de Natal/RN. Na sequência, Annova Carneiro, Alba Maria Pinho de Carvalho e Maria do Socorro Sousa de Araújo, no artigo *Dupla pandemia, política de assistência social e exercício profissional*, discutem a conjunção da COVID-19 e do bolsonarismo em seus rebatimentos sobre a classe trabalhadora e a Seguridade Social, analisando o

desmonte da Política de Assistência Social e os impactos no exercício profissional no âmbito do SUAS.

A seção temática se encerra com 5 textos relacionando o debate acerca das políticas sociais e da situação da classe trabalhadora ao contexto da pandemia. Almira Almeida Cavalcante, em *Proteção Social e pandemia de COVID-19: o lugar da transferência de renda*, problematiza a segurança de renda alicerçada na proteção social básica do SUAS, a partir do Programa Bolsa Família, analisando os efeitos da crise causada pela pandemia, em termos de desvelar as fragilidades da proteção social. No texto *O Estado neoliberal face à COVID-19: o financiamento de políticas sociais*, Diego de Oliveira Souza discute os impactos do neoliberalismo para as políticas públicas (com ênfase na de saúde), sobretudo no que se refere ao processo de subfinanciamento, tendo como base analítica os fundamentos teórico-analíticos marxistas da concepção de Estado. No artigo *Desmonte da Proteção Social: uma análise da implementação do auxílio emergencial*, Ana Patrícia Pires Nalesso, Maria Luiza Amaral Rizzotti e Samia Machado Mustafa destacam o aprofundamento da crise no âmbito do sistema de proteção social brasileiro, chamando atenção para o rebatimento na operacionalização do auxílio emergencial, *locus* primaz do trabalho profissional do/a assistente social. As autoras enfatizam que a característica financeirizada e mercantil do auxílio emergencial impôs uma limitação que dificulta avanços rumo à consolidação e aprimoramento do SUAS e, por conseguinte, do modelo protetivo. Priscila Semzezem e Ana Maria Baima Cartaxo destacam as implicações da contrarreforma da Previdência Social e da pandemia nos/as trabalhadores/as brasileiros/as em *Crise do capital, contrarreforma da Previdência Social e pandemia*. Por fim, Silvío Aparecido Redon e Eliane Christine Santos de Campos produziram em *Pandemia, crise do capital e o aprofundamento da pobreza da classe trabalhadora* uma discussão sobre a crise capitalista, pandemia e a situação da classe trabalhadora.

A seção Temas Livres conta com 9 artigos de temas diversos. Os 4 primeiros tratam do tema das políticas sociais e fundo público. Bruna Cristina Faustino de Souza, Ana Maria Santana de Alcântara, Graziela Acquaviva em *Política social de saúde da família: entre a proteção e desresponsabilização*, discutem a família como criação social e histórica mutável, na interface entre o mercado e o Estado, considerando duas principais referências em disputa em seu papel na proteção social: a proposta familista e a proposta protetiva, ou, o familismo e a desfamilização. Abordam, também, o desmonte das políticas públicas sob a égide do neoliberalismo, que requisita a criação de um conjunto de estratégias para a garantia da reprodução social, em um contexto de insuficiência de intervenções do Estado. O artigo *Na fronteira entre o público e o privado: a proteção social para pessoas com deficiência no Distrito Federal*, de Thais Imperatori e Angela Vieira Neves analisa as relações entre Estado e sociedade civil na proteção social para pessoas com deficiência no Distrito Federal (DF). E identifica os significados do repasse de recursos públicos a entidades privadas e a atuação do voluntariado nessas organizações, destacando a histórica desresponsabilização do Estado na proteção social para as pessoas com deficiência diante da atuação de entidades da sociedade civil. Carlos Roberto Marinho da Costa II e Rosa Maria Cortês de Lima apresentam em *Despotismo financeiro e políticas austerizadas: o ultraliberalismo em ação* uma análise acerca da agenda de

contrarreformas sociais brasileiras e sua relação com a crise estrutural do capitalismo, destacando entre as expressões imediatas o processo de expropriações dos direitos sociais e os movimentos regressivos de direitos representados por Emendas Constitucionais e pacotes de medidas que visam impor maior controle fiscal do fundo público. O artigo de Yan Carlos Nogueira, intitulado *Exploração tributária, ou como o trabalho necessário sustenta o fundo público* levanta reflexões sobre o fundo público como terreno de disputas entre as classes sociais. O autor explica a tese de que o fundo público é sustentado pelo trabalho necessário, a partir da maior presença de impostos indiretos que incidem sobre o consumo.

Em seguida, 3 textos abordam o debate do trabalho. No artigo de Élica Batista dos Santos e Rosalinda C. Pimentel, intitulado “*s des(caminhos) da contrarreforma trabalhista e seus desdobramentos*”, as autoras refletem sobre falácias do governo em relação às promessas da contrarreforma Trabalhista (Lei nº 13.467/17) e as mudanças em decorrência de sua aprovação, como as diferentes normas da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que atingiu a Constituição com ações diretas que confrontam com os direitos constitucionais garantidos, ocasionando uma destruição dos direitos trabalhistas. Por sua vez, *O trabalho via aplicativos: exponenciação do valor na era flexível-digital* de Crismanda Maria Ferreira apresenta a análise concreta de uma situação concreta: a realidade de milhares de brasileiros submetidos ao trabalho nos serviços de entrega via aplicativos. Uma realidade de transformações tecnológicas que incidiram sobre as condições do mercado e criaram espaços de trabalho que intensificam longas jornadas de trabalho, baixa remuneração, exaustão física, desproteção trabalhista, perda efetiva de parte do tempo de reprodução social e a subsunção dos trabalhadores à ideologia do empreendedorismo. Em *Suspensão ou Morte: notas sobre o cotidiano da classe que vive de seu trabalho* de Robson de Oliveira, apresenta-se um conjunto de reflexões sobre o cotidiano a partir da condição humano-genérico por meio de elementos incontornáveis a sua consecução, tais como a heterogeneidade, a imediaticidade e a superficialidade extensiva. O artigo ressalta ainda a suspensão do cotidiano por via do trabalho, arte, ciência e moral como forma de empreender o desenvolvimento humano-genérico e a práxis social.

Para encerrar a seção, a questão ambiental é destacada. Raquel Mota Mascarenhas é a autora de *Questão ambiental no Serviço Social, afinal do que se trata?* e apresenta uma análise do percurso de construção histórica do estudo da questão ambiental na área de conhecimento do Serviço Social brasileiro. E Geiziane Silva Cotrim e Juliane Feix Peruzzo, no artigo ‘*Tecnologias limpas*’, *impasses socioambientais e a luta organizada da categoria de catadores/as*, analisam o gerenciamento do lixo/resíduos na rota da financeirização e os resíduos sólidos em disputa, destacando o contexto das condições de trabalho e a organização da categoria de catadores/as na cadeia produtiva da reciclagem, uma atividade marcada pela exploração, informalidade, desproteção social e dominação dos que controlam o processo de industrialização.

Na seção entrevista, conversamos – por meio digital, dadas as necessárias medidas de distanciamento social – com o professor do curso de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e ex-presidente do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), gestão (2014-17), Maurílio Castro de Matos. Nesta entrevista,

o professor Maurílio fala sobre os desafios da formação e do exercício profissional em meio a pandemia.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEPESS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). **Caderno Abess**, São Paulo, n. 7, 1997.

ANTUNES, Ricardo (org). **Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

FOSTER, John Bellamy; SUWANDI, Intan. **COVID-19 e o capitalismo de catástrofe**. Cadeias mercantis e as crises ecológica-epidemiológica-econômica. Publicado em 23 jun 2020. Disponível em: <https://www.observatoriodacrise.org/post/COVID-19-e-o-capitalismo-de-cat%E9%BF%BDstrofe>. Acesso em: 16 jun. 2021.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 120, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/02.pdf>. Acesso em: 5 out. 2020.

IAMAMOTO, M. V. Renovação do Serviço Social no Brasil e desafios contemporâneos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 136, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/RJ3mPJQ8Qk8WJRbLRph8Kz/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 5 out. 2020.

IANNI, O. A construção da categoria. **Revista HISTEDBR On-Line**, n. 11, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639917>. Acesso em: 16 jun. 2021.

INESC. **Um país sufocado: balanço do orçamento geral da União 2020**. Brasília (DF): INESC, 2021.

PRATES, J. C.; CLOSS, T. T.; REIDEL, T. O lugar dos fundamentos, da ética e da pesquisa na formação e no trabalho profissional do/da assistente social. In: SENNA, M. de C; FREITAS, R. de C.; MORAES, C. A. de S. (Orgs). **Política social no Brasil: sujeitos, trajetórias e institucionalidades**. Curitiba: CRV, 2020.

ROCHA, Lucas. Número de bilionários cresce no Brasil e no mundo mesmo com crise gerada pela Covid. **Revista Fórum**, 6 abr. 2021. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/brasil/numero-de-bilionarios-cresce-no-brasil-e-no-mundo-mesmo-com-crise-gerada-pela-covid/>. Acesso em: 16 jun. 2021.

SILVA, Tatiana Dias; SILVA, Sando Pereira. Trabalho, População Negra e Pandemia: notas sobre os primeiros resultados da PNAD COVID-19. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 26, mar. 2021. p.45-54. Disponível em:

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10520/1/BAPI_26_TrabPopNegra.pdf

Acesso em: 16 jun. 2021.

YAZBEK, M. C. Serviço Social e pobreza. **Revista Katálysis**, v. 13 n. 2, 2010. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rk/a/n5fRj6CbctsZwBsnzvNyVpc/?format=pdf&lang=pt>>.

Acesso em: 20 jun. 2020.